

País vai gerar mais e-lixo, diz especialista

REAÇÕES ► Governo, fabricantes e ambientalistas analisam a posição do país no ranking da ONU; metodologia sofre críticas

DA REPORTAGEM LOCAL
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Governo, fabricantes e especialistas reagiram ao estudo que coloca o Brasil na primeira colocação, entre países emergentes e em desenvolvimento, no topo da produção per capita de lixo eletrônico proveniente de computadores.

“É uma aferição econômica com a qual concordamos. O Brasil será um grande gerador de resíduos nos próximos anos”, afirma Casemiro Tércio Carvalho, coordenador de planejamento ambiental da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo. Carvalho acredita a posição do Brasil à ampliação da inclusão digital no país e ao aumento do poder aquisitivo das classes C, D e E.

João Carlos Redondo, gerente de sustentabilidade da Itautec, diz, “Não dá para negar que a tecnologia vem barateando e que há um aumento no acesso. Esse dado da ONU tem um pouco a ver com o nosso perfil recente de consumo”.

Já a comparação feita entre os países para a produção do relatório é questionada por Angela Cassia Rodrigues, doutoranda de Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da USP (Universidade de São Paulo).

“No caso do Brasil, devido a ausência de dados históricos de

vendas, foi utilizada informação da base de PCs instalada, entretanto, não existe no relatório fontes de referência dessa informação.” aponta.

Segundo ela, a estimativa para os outros países foi realizada com base nos dados de produtos colocados no mercado, portanto a comparação ficou “ariscada e prejudicada” porque os métodos de estimativa foram diferentes.

O representante da Itautec questiona a metodologia do estudo. “Não é adequado criticar a iniciativa da ONU em gerar esse tipo de relatório, mas a forma como ele foi feito, a metodologia utilizada. Uma boa parte disso é inferência, não é baseada em dados precisos”, diz.

Sobre a falta de dados no estudo sobre o Brasil, o representante da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo diz que ainda não existe nada para mensurar a produção de e-lixo.

Estudos e legislação

“O que estamos fazendo em São Paulo é um estudo para dimensionar o quanto cada um gera de resíduos. Queremos uma tabela com o quanto daquilo é plástico, orgânico, eletrônico ou lâmpada.”

Carvalho adiantou que, nas próximas semanas, deve ser publicada em São Paulo uma resolução determinando que cen-

tros de venda tenham pontos de retorno voluntário de resíduos. “Os eletroeletrônicos têm que entrar na logística reversa (política pela qual fabricantes e distribuidores se tornam responsáveis pelos resíduos de seus produtos). Se o cliente quiser deixar o produto, o distribuidor deve receber.”

Para o professor Fernando S. Meirelles, da FGV (Fundação Getúlio Vargas), a questão do li-

xo eletrônico no Brasil não é necessariamente um problema de governo. “É um fator cultural. O mercado de reciclados ainda é muito incipiente e não há coletores suficientes.”

A **Folha** procurou o Ministério do Meio Ambiente, o escritório da ONU para a América Latina e o escritório do Pnuma em Brasília e em Nairóbi, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição. (AD e BR)

Projeto regulamenta descarte

DA REPORTAGEM LOCAL

Depois de 19 anos, a Câmara dos Deputados aprovou a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que regulamenta o descarte do lixo no Brasil. Quanto aos eletrônicos, ela tem como principal ponto estabelecer a logística reversa dos equipamentos.

Com isso, fica estabelecida a responsabilidade de quem produz, importa, distribui ou vende os aparelhos de recolher os produtos e seus resíduos, após o uso, para reaproveitamento ou destinação apropriada. O texto ain-

da precisa ser aprovado pelo Senado e sancionado pelo presidente da República.

Arnaldo Jardim (PPS-SP), presidente do grupo de trabalho responsável pela proposta, diz que dois setores produtores de resíduos foram citados explicitamente na lei, por conta do seu potencial de impacto no ambiente: o de lâmpadas e o de lixo eletrônico (aparelhos eletrônicos como celulares e computadores).

A responsabilidade específica de fabricantes e lojas, bem como as multas, devem ser determinadas por uma resolução do Conama (Conselho Nacional de Meio Ambiente).

Consulte o texto, publicado pelo blog Lixo Eletrônico em bit.ly/textopnrs. (AD)

Conheça programas de descarte para pilhas e baterias

DA REPORTAGEM LOCAL

“As baterias dos aparelhos podem ser enviadas a lugares especiais para recuperação do cobalto, níquel e cobre”, recomenda o relatório de lixo eletrônico da ONU. As pilhas e baterias também trazem substâncias tóxicas como chumbo, cádmio e mercúrio, que podem prejudicar a saúde. A sua forma de ajudar na prevenção disso é fazer o descarte do resíduo de maneira correta.

Uma opção é o descarte no programa Papa-Pilhas, do Banco Real, que recolhe pilhas e baterias portáteis e as encaminha

para a reciclagem. Os coletores estão presentes em grande parte das agências do banco e em agências do Santander, segundo a entidade. Veja mais em bit.ly/pilhasbancoreal.

Para descarte de baterias, lâmpadas, celulares e bateria do tipo chumbo-ácido, é possível consultar o PRAC (Programa de Responsabilidade Ambiental Compartilhada). Veja em www.prac.com.br.

Em bit.ly/descartevalvo você encontra endereços em São Paulo para enviar baterias recarregáveis.

A Drogaria São Paulo (www.drogariasapaulo.com.br) também recolhe o

material em suas unidades no Estado de São Paulo. Segundo dados da rede, mais de 70 toneladas de pilhas e baterias usadas já foram recolhidas.

Armazenamento

O site do Mutirão de Lixo Eletrônico, do governo de São Paulo, dá dicas para lidar melhor com pilhas e baterias. Uma dica é utilizar os aparelhos já economizando no uso de energia, já que isso também custa ao ambiente.

Também é importante não misturar pilhas novas com velhas e não guardar as antigas

dentro de casa. Assim que possível, leve-as para um posto de coleta, já que vazamentos podem fazer mal à saúde.

Norma

Em resolução de 1999, o Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) estabelece que as pilhas e baterias que contenham em sua composição certos tipos de substância devem ser entregues, após o seu esgotamento, pelos usuários aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnicas das indústrias. Leia sobre a resolução em bit.ly/pilhasconama. (AD)